

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL - EIXO TEMÁTICO 04 - FORMAÇÃO E PROFISSÃO
DOCENTE

**EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA NAS NORMATIVAS DO CONSELHO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO - DÉCADA DE 1970**

Getsemane De Freitas Batista (getsemanedoutorado@gmail.com)

O presente trabalho integra os estudos realizados para o doutoramento em educação e tem como tema a formação de professores para Educação Especial brasileira. Selecionamos como recorte temporal a década de 1970, por ter sido o momento da institucionalização da Educação Especial no Brasil, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), órgão responsável pelo gerenciamento da política adotada na área da Educação Especial. Com a criação do Cenesp, ações foram direcionadas para a formação de professores para atuação no atendimento educacional dos “excepcionais” - deficientes e superdotados. O estudo aqui apresentado analisou as normativas do Conselho Federal de Educação (CFE), com vistas a evidenciar as orientações para a formação de professores na área da Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994; Ludke; André, 1986; Martins, 2004), de caráter historiográfico (Barros, 2020; Bédarida, 2006; Bloch, 2002; Ferreira; Franco, 2013; François, 2006), desenvolvida a partir da análise documental (Gil, 2008; Le Goff 1990) e do levantamento bibliográfico (Gil, 2002). Foram analisados documentos do Conselho Federal de Educação dos anos 1970 relacionados com a formação de professores para Educação Especial: Parecer CFE 848/72, Parecer CFE 7/72, Parecer CFE 3484/75, Indicação CFE 67/75, Indicação CFE 68/75, Parecer CFE 552/76, Indicação CFE 70/76, Indicação CFE 71/76. Os resultados indicam orientações no sentido: a. da

compreensão da Educação Especial como parte integrante do sistema regular de ensino; b. da formação em nível superior, devido a consideração de que o profissional para o atendimento educacional é o professor/educador; c. da instituição formadora ser a universidade pela possibilidade do ensino e da pesquisa; d. da formação ser desenvolvida como habilitação específica no curso de Pedagogia; e. do estabelecimento do currículo composto por uma parte comum e outra diversificada para as áreas específicas da Educação Especial - “deficientes da visão, da audiocomunicação, físicos e mentais”. A análise permitiu também evidenciar ser a formação docente para Educação Especial, adotada pelas autoridades brasileiras na década de 1970, formalizada no contexto das reformas propostas para a educação geral e, em especial, nas diretrizes recomendadas para a área da Pedagogia. Sendo assim, é possível afirmar, no período estudado, as orientações para a formação de professores para Educação Especial no Brasil eram semelhantes as diretrizes para educação geral.

Palavras-chave: educação especial; formação de professores; história da educação.